

Ata da sétima reunião da Câmara Técnica de Economia e Inovação-CTEI

1
2 Às dez horas e vinte minutos (10:20) do dia quinze de março de dois mil e dezessete
3 (15/03/2017) deu-se início na sala de reunião número 7, no 14º andar do prédio Gerais,
4 da Cidade Administrativa de Minas Gerais, em Belo Horizonte, a sétima reunião da
5 Câmara Técnica de Economia e Inovação (CTEI) do Comitê Interfederativo (CIF) que visa
6 à recuperação, mitigação, remediação e reparação dos danos causados pelo
7 rompimento da barragem de Fundão em Mariana-MG. A reunião se iniciou com a
8 apresentação do diretor vice-presidente do Instituto de Desenvolvimento Integrado de
9 Minas Gerais (INDI), Ricardo Ruiz dando boas-vindas aos representantes dos órgãos que
10 compareceram. Ricardo Ruiz apresentou a pauta de reuniões que foram: 1- informação
11 sobre deliberação do CIF acerca do funcionamento das CT's e Renova, 2- Informe:
12 elaboração de Notas Técnicas (NT's) para avaliar a inclusão de Ouro Preto e Ponte Nova
13 no TTAC, 3-Informe sobre o II *Workshop* sobre Pesca realizado no Espírito Santo, 4-NT
14 nº 9 sobre Contratação Local, NT nº 11- Indicadores ISA, 6- Sugestões de ajustes pontuais
15 no TTAC, 6.1- NT nº 10, Proposta de definição de cronograma de ressarcimento para
16 União, Estados, Municípios e outras instituições (ajuste nas cláusulas 141, 142 e 143 do
17 TTAC), 6.2-Programa Regional- Fundação João Pinheiro e posteriormente, a partir de 14
18 horas, apresentação da Fundação Renova. Ricardo Ruiz informou que os quatro
19 principais atores que conduzirão o processo de recuperação da região atingida são o CIF,
20 CTEI, Fundação Renova e *Ernst & Young*, que elaborará cronogramas e programas que
21 deverão ser avaliados pela CTEI que deverá apresentar posicionamento sobre os
22 programas. Ricardo Ruiz sugere que se for incluído outro município entre os atingidos
23 pela tragédia, que seja providenciada uma nova receita de gastos para que não seja
24 subdividido o que já está comprometido para a região atingida pelo rompimento da
25 barragem. Apontou que o CTEI não receberá documentos referentes a projetos e
26 programas no formato *power point*. Acompanhando as decisões do CIF, o CTEI
27 demandará relatórios completos. Portanto, deverão ser solicitados cronogramas
28 detalhados dos programas e projetos e outras informações no formato de documentos
29 que deverão ser entregues ao CIF com cópia ao CTEI. José Oswaldo do MDIC informa
30 sobre o II *Workshop* da Pesca ocorrido no Espírito Santo. Com relação à pauta do item
31 4, sobre contratação local de mão-de-obra, foi informado por Ricardo Ruiz que não é
32 para as instituições públicas alocarem recursos para recuperação das áreas atingidas
33 pelo rompimento da barragem, pois essa é função da Fundação Renova. Então as
34 instituições que foram forçadas a realizarem gastos devido ao acidente, deveriam ser
35 ressarcidas pelos gastos que eventualmente tiveram em função do acidente com as
36 barragens da Samarco. Também CTEI e CIF estabelecerão critérios para contratação de
37 mão-de-obra local por quesitos geográficos e que será enviada uma NT ao CIF para
38 avaliação e aprovação na próxima reunião em 31 de março. A Nota Técnica sobre
39 contratação de mão-de-obra local deverá ser reformulada para contemplar as sugestões
40 do CIF sobre inclusão de micro e mesorregiões elaboradas pelo IBGE. Sobre o Programa
41 de Retomada das Atividades Agropecuárias, Leonardo Kalil da Seapa apresentou a Nota
42 Técnica nº 11 e comentou o ISA (Indicadores de Sustentabilidade de Agrossistemas):
43 trata-se de uma metodologia mineira para aferição de indicadores de utilização e
44 produção em propriedades de Minas Gerais. Leonardo Kalil concluiu que o ISA é
45 suficiente para ser um indicador para o programa de retomada das atividades
46 agropecuárias na Área Ambiental 1, mas só terá efetividade se as atividades corretivas
47 definidas pelo plano de adequação forem implementadas. Ricardo Ruiz informa que, a

48 *Ernst & Young* auditará se as regiões apresentam índice ISA superior a 0,7 e se
49 necessitarão de atuar para melhoria das condições degradadas. Deverão ser analisadas
50 quais são as atividades de compensação ou de recuperação a serem implementadas. A
51 Nota Técnica será encaminhada para avaliação do CIF com a recomendação de ser
52 utilizado em outras áreas localizadas no estado do Espírito Santo após ajustes e
53 adaptações pertinentes. Sobre o item 6 foram propostos ajustes pontuais no TTAC que
54 se referem às cláusulas 141, 142 e 143 que tratam da proposta de definição de
55 cronograma para ressarcimento da União, estados, municípios e outras instituições.
56 Ricardo Ruiz solicita que sejam apresentadas outras sugestões para mudanças no TTAC.
57 A secretaria da CTEI trabalhará junto com Marcelo Moura da Cemig para mudança das
58 cláusulas em questão. Todos os membros da CTEI enviarão sugestões para que sejam
59 analisadas por Marcelo Moura que fará a redação final até sexta-feira 17/03, para então
60 remeter a proposta ao CIF. Todos se comprometeram em enviar as sugestões de
61 alteração até sexta-feira, na parte da manhã. Foi enviada uma proposta por Danilo Vieira
62 da Fundação João Pinheiro para mudança da cláusula 129. Danilo não pôde comparecer
63 à reunião e justificou sua ausência. Ricardo Ruiz informou que o CIF considerará adequada
64 a manutenção da redação da cláusula 129. O tema foi discutido na última reunião do
65 CIF, onde foi caracterizada como região dependente da mineração o município de
66 Mariana. Ricardo informou que foi emitida uma deliberação registrando essa decisão.
67 Todos os membros da CTEI concordaram com o posicionamento do CIF. Foi feito um
68 intervalo de uma hora e meia para almoço. Às 14 horas e 14 minutos foi reiniciada a
69 reunião. Paulo Rocha, da Fundação Renova, apresentou o programa nº 15, e apresentou
70 as atualizações do programa em relação aos trabalhos realizados junto ao INDI, FAPES e
71 FAPEMIG. Ricardo Ruiz destaca que o INDI participará do Convênio como interveniente
72 e não terá qualquer remuneração, pois essa ação faz parte da missão institucional do
73 INDI. Também foi apresentado o programa de recuperação das atividades de pesca.
74 Ainda não há previsão de quando os pescadores poderão voltar a pescar, alguns órgãos
75 estimam que isso poderá ocorrer em até três anos. Wilson Gouveia da Renova
76 apresentou sobre o programa de recuperação das atividades agropecuárias. Paulo
77 Rocha apresentou sobre o programa de ressarcimento dos gastos de instituições
78 públicas. Havia a previsão dos pagamentos começarem a ser feitos em 2018, mas
79 poderão ser iniciados ainda em 2017, com previsão de início em setembro para os
80 compromitentes e municípios atingidos. Ricardo Ruiz questiona quais seriam os
81 documentos necessários para comprovação do gasto das instituições. Paulo Rocha
82 informa que deverão ser apresentados contrato, ajuste ou acordo, nota de empenho,
83 comprovante de entrega de material ou prestação efetiva de serviço e ordem de
84 pagamento. Ricardo Ruiz solicita da Renova um relatório sobre a situação do
85 ressarcimento das instituições que fizeram gastos devido ao rompimento da barragem.
86 Franklin Moreira da Cemig questiona se outras instituições não poderão ser ressarcidas
87 por gastos extraordinários e questiona os tipos de documentos capazes de comprovar
88 os gastos. Macedo Ferreira da Codemig questiona se há prescrição do prazo para envio
89 de documentos que comprovam gastos extraordinários. Paulo Rocha informa que serão
90 revistos os órgãos compromitentes e que a Renova está comprometida em ressarcir
91 todas as instituições que tiveram gastos extraordinários relativos ao rompimento da
92 barragem até a data de envio dos ofícios, que está agendada para 31 de março de 2017.
93 Outros órgãos que tiverem gastos extraordinários relacionados ao evento poderão
94 apresentar comprovação dos gastos. Ricardo Ruiz destaca que a Fundação Renova


95 reconhece que a possibilidade de início dos ressarcimentos em setembro de 2017
96 melhora substancialmente a perspectiva de recebimento de recursos por parte dos
97 municípios. Ênio Pereira da Prefeitura de Mariana lembra que houveram muitos
98 gastos extraordinários por parte da prefeitura e que fica difícil de comprovar todos os
99 gastos. Então foi solicitado que a Renova melhore e amplie o detalhamento sobre quais
100 seriam os gastos extraordinários e dos documentos a serem apresentados pelas
101 instituições para serem ressarcidas. Fernanda Rabelo do Governo do Espírito Santo
102 questiona que entre os órgãos compromitentes, haveriam outros que não constam no
103 TTAC e que realizaram gastos em decorrência da tragédia de Mariana. Rosângela Silva
104 da SEMAD adverte que discorda do estabelecimento de prazo para comprovação de
105 gastos, pois muitos gastos extraordinários deverão ser realizados ainda por muitos anos
106 e que não é possível estabelecer com precisão até quando os gastos em decorrência do
107 evento deverão ser realizados. Henrique Tavares solicita que toda a documentação da
108 Fundação Renova seja submetida ao CIF, com cópia para a CTEI, para conhecimento e
109 posicionamento oficial da Fundação sobre como deverá ser realizada a comprovação de
110 gastos e início de ressarcimentos. Foram apresentados outros programas de
111 recuperação e incremento das atividades econômicas da região atingida,
112 respectivamente, os programas PG 18, 19 e 20. A reunião terminou às 17 horas e 50
113 minutos. Por ser verdade, lavro e atesto como verídico o conteúdo desta ata escrita por
114 Davyson Demmer Guimarães Barbosa, analista de promoção de investimentos do INDI.
115 Participaram da reunião os seguintes representantes:

116 Alessandra Azevedo (SETUR)

117 Daniela de Souza (SEMAD)

118 Emanuel Camilo de Oliveira Marra (SEDESE) 


119 Ênio Pontes Pereira (Prefeitura de Mariana) 

120 Fernanda Rabelo de Sousa (Governo do ES) 

121 Franklin Moreira Gonçalves (CEMIG)

122 Guilherme Augusto Duarte de Faria (SEDECTES) 

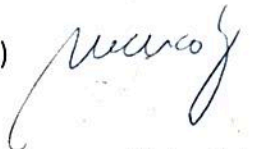
123 Henrique Tavares Maior Soares (INDI) 


124 Leonardo Brumano Kalil (SEAPA) 

125 Macedo Ferreira (CODEMIG)

126 Marcelo de Pádua Moura (CEMIG)

127 Paulo Sergio Beirão (FAPEMIG) 

128 Ricardo Machado Ruiz (INDI) 

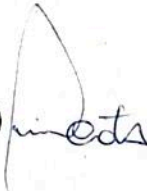
129 Thiago Athayde (SECIR) 

130 Convidados:

131 Davyson Demmer Guimarães Barbosa (INDI)

132 Elizabeth Guelman Davis (CPRM)

133 José Oswaldo Albergaria (CPA/MAPA)

134 Marcela Cota de Souza (Prefeitura de Mariana) 

135 Mário de A. Cintra Ramos (Ganhães Energia)

136 Renato Cardoso (MDIC/MAPA)

137 Rosângela Silva (SEMAD) 